

INDICADORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE: estudo dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2015 e 2017 versus o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 2000 e 2010.

1 Juliano Moreira de Almeida - Mestrando em Gestão e Desenvolvimento Regional na Universidade de Taubaté. julianoitj@bol.com.br

2 Prof. Dra. Marcela Barbosa de Moraes - Doutora em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional e bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Taubaté (UNITAU). marcelabmoraes@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir o desempenho atual da Educação básica nos municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) considerando os resultados obtidos nas duas últimas edições 2015 e 2017 do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações versus o resultado do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2000 e 2010 que é uma medida composta de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Foi realizada uma análise de documentos alinhados ao objetivo deste estudo, tais como: sites de pesquisa, reportagens na mídia e sites de institutos relacionadas aos indicadores de Educação brasileiros. Os resultados obtidos são de que ao compararmos os 39 municípios nas duas últimas edições do IDEB: 6 municípios tiveram desempenho negativo, 5 obtiveram o mesmo resultado da edição de 2015 e 28 apresentaram notas melhores. Agora ao considerarmos a amostra de 10 municípios, sendo 5 que tiveram as maiores notas e 5 que tiveram as menores notas dos 39 municípios estudados podemos concluir que há evidências de que mesmo os municípios com pior desempenho na edição de 2017 conseguiram avançar cerca de 4,33% nos resultados comparativos de IDHM de 2000 a 2010 e que se espera que esse resultado seja validado na próxima aplicação do IDHM em 2020.

Palavras-chave: Educação básica. IDEB. IDHM. Desenvolvimento regional. Desenvolvimento humano.

Abstract

This article aims to discuss the current performance of Basic Education in the municipalities of the Metropolitan Region of Vale do Paraíba and Litoral Norte (RMVPLN) considering the results obtained in the last two editions of 2015 and 2017 of the Basic Education Development Index (IDEB). created in 2007 and brings together in a single indicator the results of two concepts important to the quality of education: school flow and performance averages in assessments versus the result of the Municipal Human Development Index (IDHM), which is a composite measure of three dimensions of human development: longevity, education and income, varies from 0 to 1 and the closer to 1, the greater the human

development. An analysis of documents aligned with the objective of this study was carried out, such as: research sites, media reports and websites of institutes related to Brazilian Education indicators. The results obtained are that when comparing the 39 municipalities in the last two editions of IDEB: 6 municipalities had negative performance, 5 obtained the same result of the 2015 edition and 28 presented better grades. Now when considering the sample of 10 municipalities, 5 of which had the highest scores and 5 that had the lowest scores of the 39 municipalities studied, we can conclude that there is evidence that even the municipalities with the worst performance in the 2017 edition managed to advance about 4, 33% in the comparative results of the HDHM from 2000 to 2010 and that this result is expected to be validated in the next application of the HDHM in 2020.

Keywords: Basic education. IDEB. IDHM. Regional development. Human development.

1. Introdução

O 4º artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é um direito do cidadão à educação e um dever do Estado em atendê-lo mediante oferta qualificada, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores e que ainda segundo Ferrer (2003) um sistema nacional de avaliação em larga escala proverá informações essenciais para o debate das políticas educacionais e para evidenciar o que os alunos estão aprendendo ou mesmo o que eles deveriam ter aprendido, com base nos conteúdos estipulados no currículo acadêmico.

Com os novos modelos e necessidades educacionais Perrenoud (1993) considera que o modelo de avaliação onde se fundem os conteúdos acadêmicos às competências cognitivas, isso possibilita agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiando-se em conhecimentos, mas sem se limitar aos mesmos.

Nesse mesmo sentido, uma Emenda Constitucional criou o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) que reafirmou a necessidade de se cumprir o que foi estipulado pela Constituição de 1988 onde 25% das receitas de impostos da União, Estados e Municípios fossem transferidos para a manutenção da educação, além de estipular que 60% desses recursos devem ser gastos no ensino fundamental.

A discussão sobre políticas e gestão da educação tem sido objeto de vários estudos e pesquisas no cenário nacional e internacional. Pois trata-se de um tema com perspectivas, opiniões e cenários complexos em debate.

A relevância do tema se dá devido ao impacto financeiro e educacional ocasionado aos 39 municípios participantes da RMVPLN quando os indicadores de desempenho em avaliações diagnósticas não atendem as metas estipuladas pelo Estado e também aos que os municípios devem atingir individualmente e claro se há evidências quanto a correlação entre maior disponibilização de recursos financeiros na educação significam um melhor desenvolvimento humano para a população desse município medida pelo IDHM.

O presente artigo está estruturado em 5 seções onde a primeira consta a Introdução, na segunda o referencial teórico abordando os temas Educação básica e financiamento educacional no Brasil, Políticas de avaliação da Educação, caracterização dos municípios da RMVPLN. Na terceira seção são abordados os métodos de pesquisa, na quarta os resultados e discussões e por fim, as considerações finais.

2. Referencial teórico

2.1 Educação básica no Brasil

A ideia de desenvolvimento do aluno em etapas que acabam formando um conjunto sequencial de conhecimentos e aprendizagens teve a sua intencionalidade maior no artigo 205 da Constituição Federal:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) a educação pública deve ser realizada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, que têm a responsabilidade e competência pela manutenção e expansão dos três sistemas de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

E ainda segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) no artigo 4º, a educação básica torna-se um direito do cidadão à educação e um dever do Estado em atendê-lo mediante oferta qualificada. Enquanto que no art. 22 estabelece os fins da educação básica que tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A estrutura de financiamento da educação no Brasil é baseada em impostos, que são recursos gerais tomados à sociedade. Isso significa que uma grande parcela dos recursos de Estados, Distrito Federal e municípios, é proveniente da arrecadação tributária, em razão da vinculação de impostos. Essa forma de financiamento para a educação com a reserva de percentual do montante total dos impostos arrecadados, tem sido uma das medidas políticas mais importantes para garantir a continuidade e a manutenção da educação brasileira.

Segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 9):

(...) a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...). Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula (...).

Nesse mesmo sentido, uma Emenda Constitucional criou o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental) que reafirmou a necessidade de se cumprir o que foi estipulado pela Constituição de 1988 onde 25% das receitas de impostos da União, Estados e Municípios fossem transferidos para a manutenção da educação, além de estipular que 60% desses recursos devem ser gastos no ensino fundamental.

2.2 IDEB e Avaliações da Educação no Brasil

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) as políticas educacionais avançaram no Brasil nas últimas décadas. Existe evidências de inúmeras iniciativas a política de avaliação abrange diferentes programas, como: o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), o ENADE (Exame Nacional de Desempenho do Ensino Superior), a Prova Brasil e o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Segundo Ferrer (2003), esta convergência sobre avaliações da educação brasileira é derivada de interesses e perspectivas quanto ao papel dos sistemas educativos, que buscam melhorar a economia com vínculos fortes entre escola, emprego e mercado – melhorando e

aproximando os alunos às competências, habilidades e atitudes requeridas pelo mercado de trabalho.

Ainda segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) promulgada em 1996 e sancionada em 2001 o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) está regulamentado pelos marcos legais como o um dos mais importantes sistemas de ensino e de opinião pública.

Ao comentar sobre eventuais impactos do SAEB, Bonamino (2002, p.181-182) considera que:

O SAEB não parece possuir o poder de influenciar o estilo cognitivo dos alunos e professores em cada disciplina escolar. O SAEB ainda não pode ser considerado como uma avaliação reguladora da aprendizagem nem como uma avaliação formativa, baseada na constante explicitação dos elementos a considerar, das estratégias a adotar, dos problemas a resolver. (...) É sempre possível, e já há alguns sinais concretos a respeito, que ao reverberar nos estados e municípios o modelo sofra uma reconversão, passando a tornar-se censitário.

Segundo Ferrer (2003) um sistema nacional de avaliação em larga escala proverá informações essenciais para o debate das políticas educacionais e para evidenciar o que os alunos estão aprendendo ou mesmo o que eles deveriam ter aprendido, com base nos conteúdos estipulados no currículo acadêmico.

Segundo Perrenoud (1993) nesse modelo de avaliação onde se fundem os conteúdos às competências cognitivas as mesmas possibilitam agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiando-se em conhecimentos, mas sem se limitar aos mesmos.

A partir de 2005, o SAEB passou a ser utilizado para a realização da Prova Brasil, cujos resultados estão associados a situação da aprendizagem nas escolas públicas do país. Com isso, a Prova Brasil passou a oferecer a todas as escolas públicas brasileiras uma avaliação mais completa de desempenho escolar, complementando as informações fornecidas pelo SAEB anteriormente. Focada nos alunos de Ensino Fundamental (4º e 8º anos) busca medir os resultados nas matérias de Língua Portuguesa e Matemática e ampliada em 2015 com a matéria de Ciências.

Com o lançamento em 2007 do IDEB (Índice de Desenvolvimento de Qualidade da Educação Básica) realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), esse indicador tem como característica definir metas e acompanhar a qualidade da Educação básica no Brasil, fornecendo informações individuais sobre o desempenho de cada escola de educação básica das menores as maiores. O IDEB uniu em um só indicador conceitos importantes para a qualidade da educação, sendo eles o desempenho dos alunos nas avaliações e o fluxo escolar. Seu cálculo baseia-se nas médias de desempenho no SAEB no caso dos Estados e na Prova Brasil quando se pensa nos municípios.

2.3 IDHM a medição do desenvolvimento humano nos municípios

O desenvolvimento humano deve estar alinhado:

“com a criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o seu pleno potencial e levar vidas produtivas e criativas de acordo com suas necessidades e interesses. As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. O desenvolvimento tem a ver, portanto, com o alargamento das escolhas que as pessoas têm para levar uma vida a que deem valor. E tem a ver com muito mais de que o crescimento econômico, que é

apenas um meio — ainda que muito importante — de alargar as escolhas das pessoas” (PNUD, 2011).

Ainda segundo PNUD o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas o mesmo se adequa ao contexto nacional e aos indicadores nacionais já implantados. Assim, o IDHM - incluindo as suas três dimensões: IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - demonstra um pouco da história dos municípios nas duas últimas décadas da história brasileira.

Corroborando segundo o PNUD o índice analisa três dos mais importantes indicadores do desenvolvimento humano, sendo eles: a oportunidade de viver uma vida saudável, o acesso à educação, aprendizado e conhecimento e por fim ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas.

Vida saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, essa a partir dos dados disponibilizados pelos Censos do IBGE. Esses Censos indicam o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento.

Padrão de vida é observado e medido pela renda municipal per capita, sendo isso a renda média de cada residente daquele município. Os dados também são oriundos dos Censos do IBGE.

É possível por meio dos resultados do IDHM analisar as faixas que se encontram os municípios brasileiros, conforme Figura 1:

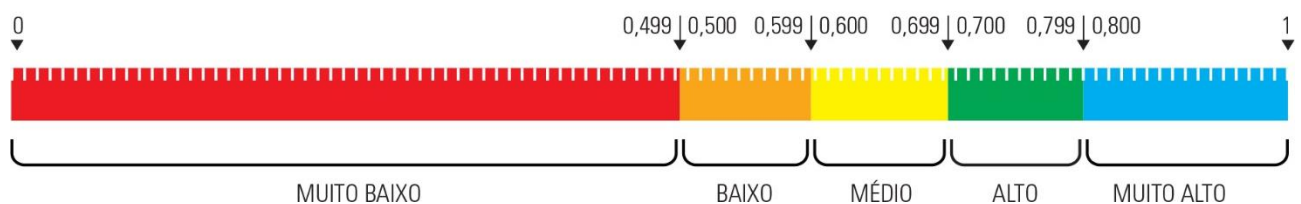


Figura 1 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal
Fonte: PNUD (2011)

É possível observar o desempenho do IDHM no Brasil por meio de pesquisas da organização Atlas Brasil, criada com o propósito de fornecer subsídios e informações atualizadas para análises e proposições de políticas públicas, o PNUD, o Ipea e a Fundação João Pinheiro organizaram o Radar IDHM: estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), também do IBGE, que permite atualizar as informações disponibilizadas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Conforme Figura 2:

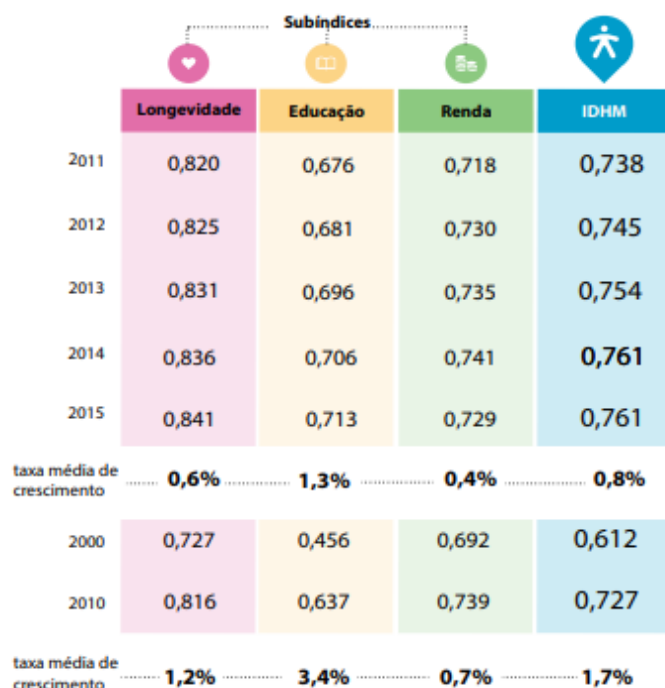


Figura 2 – IDHM no contexto nacional
Fonte: PNUD (2011)

2.4 Caracterização dos municípios da RMVPLN

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a RMVPLN (Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) é composta por 39 municípios e subdividida em 5 regiões de acordo com a Lei Complementar 1.166/2012, promulgada em 09/01/2012. A mesma se destaca por atividades econômicas diversificadas, como a produção industrial automobilística, aeronáutica, aeroespacial, portuárias, petroleiras e turísticas.

Nos 39 municípios que compõem a RMVPLN segundo o IBGE possuem cerca de 2.340.891 habitantes, sendo 5,5% da população do Estado de São Paulo, com isso se torna a quarta maior concentração populacional do Estado.

3. Método de pesquisa

Essa seção apresenta as técnicas e os métodos que foram utilizados para a realização da pesquisa. As pesquisas devem investigar dados sistemáticos e que gerem informações fidedignas, que gerem entendimento das atitudes, comportamentos e decisões que envolvem as organizações (Cooper & Schindler, 2003).

Ainda segundo Cooper e Schindler (2003) os autores e textos são escolhidos a partir de critérios consistentes, assim como a coleta, registro, seleção e tratamento dos materiais são sistematizados de forma que a interpretação e análise legitimem as conclusões alcançadas e, assim, contribuam para melhor compreensão de atitudes, comportamentos e decisões que cercam as organizações. Para esse artigo foi utilizada a pesquisa qualitativa com objetivo exploratória, pesquisados referenciais teóricos como relatórios, documentos, sites e publicações de instituições que desenvolvem trabalhos relacionados à área de estudo de educação básica no Brasil, avaliação de desempenho do aluno e do município.

4. Resultados e discussão

Os dados abaixo foram desenvolvidos por meio do levantamento bibliográfico realizado pelo autor, e com isso, é possível identificar inicialmente a caracterização dos 39 municípios que compõem a RMVPLN referente aos dados da última aplicação do IDEB e do IDHM. Os mesmos são apresentados na Tabela 1 considerando a ordem alfabética dos municípios:

Nº	Município	População (IBGE/2018)	IDEB 2017	IDH-M (PNUD/2010)	Faixas de desenvolvimento (PNUD/2010)
1	Aparecida	36.129	6,7	0,755	Alto
2	Arapeí	2.478	4,8	0,680	Médio
3	Areias	3.876	6	0,697	Médio
4	Bananal	10.896	5,4	0,733	Alto
5	Caçapava	93.488	6,2	0,788	Alto
6	Cachoeira Paulista	33.067	5,9	0,794	Alto
7	Campos do Jordão	51.763	6,9	0,749	Alto
8	Canas	5.071	5,9	0,753	Alto
9	Caraguatatuba	119.625	6,4	0,759	Alto
10	Cruzeiro	81.895	6,2	0,788	Alto
11	Cunha	21.639	6,2	0,733	Alto
12	Guaratinguetá	121.073	6,3	0,798	Alto
13	Igaratá	9.483	6,4	0,764	Alto
14	Ilhabela	34.333	6,5	0,756	Alto
15	Jacareí	231.863	6,4	0,777	Alto
16	Jambeiro	6.485	6,1	0,779	Alto
17	Lagoinha	4.903	6,5	0,752	Alto
18	Lavrinhas	7.207	5,8	0,768	Alto
19	Lorena	88.276	5,7	0,766	Alto
20	Monteiro Lobato	4.608	6,8	0,710	Alto
21	Natividade da Serra	6.681	6,5	0,733	Alto
22	Paraibuna	18.180	6,3	0,771	Alto

23	Pindamonhangaba	166.475	6,9	0,773	Alto
24	Piquete	13.742	6,6	0,801	Muito Alto
25	Potim	24.143	5,9	0,697	Médio
26	Queluz	13.228	5,3	0,722	Alto
27	Redenção da Serra	3.863	6,5	0,736	Alto
28	Roseira	10.621	6,7	0,777	Alto
29	Santa Branca	14.717	6,7	0,796	Alto
30	Santo Antônio do Pinhal	6.794	6,6	0,796	Alto
31	São Bento do Sapucaí	10.862	6,5	0,776	Alto
32	São José do Barreiro	4.151	4,9	0,684	Médio
33	São José dos Campos	713.943	6,9	0,807	Muito Alto
34	São Luiz do Paraitinga	10.684	6	0,754	Alto
35	São Sebastião	87.596	6,1	0,772	Alto
36	Silveiras	6.264	5,5	0,678	Médio
37	Taubaté	311.854	6,4	0,800	Muito Alto
38	Tremembé	46.642	6,3	0,834	Muito Alto
39	Ubatuba	89.747	5,8	0,751	Alto

Tabela 1 – Dados dos municípios da RMVPLN

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2018) e PNUD (2010)

Ao analisar o IDHM é considerado três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda e a faixa de desenvolvimento que os municípios se encontram, é possível observar que dos 39 municípios: 30 estão na faixa denominada “Alto”, 5 na “Médio” e 4 na “Muito Alto”. Sendo assim o índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, observa-se nos municípios da RMVPLN 36 municípios bem próximos do 1. Ainda mais considerando que a amostra se demonstra heterogênea ao analisar-se a quantidade de habitantes, considerando que existem municípios com 713 mil habitantes como é o caso de São José dos Campos como faz parte do estudo Arapeí com cerca de 2.500 habitantes.

Analisando o contexto de indicadores de desempenho educacionais obtidos por meio dos resultados do IDEB / Prova Brasil (1º ao 5º ano) nas duas últimas aplicações (2015 e 2017) e comparando as evoluções dos 39 municípios da RMVLP, observa-se o seguinte cenário de desempenho na Tabela 2, onde os municípios estão organizados de forma decrescente referente ao desempenho no IDEB 2017:

Município	IDEB 2015	IDEB 2017	IDEB 2015 x 2017
Campos do Jordão	6	6,9	15,0%
Pindamonhangaba	6,4	6,9	7,8%
São José dos Campos	6,6	6,9	4,5%
Monteiro Lobato	6,8	6,8	0,0%
Aparecida	6,2	6,7	8,1%
Roseira	6,2	6,7	8,1%
Santa Branca	5,9	6,7	13,6%
Piquete	6,3	6,6	4,8%
Santo Antônio do Pinhal	6,3	6,6	4,8%
Ilhabela	5,9	6,5	10,2%
Lagoinha	6,5	6,5	0,0%
Natividade da Serra	6,1	6,5	6,6%
Redenção da Serra	6,6	6,5	-1,5%
São Bento do Sapucaí	6,4	6,5	1,6%
Caraguatatuba	6,2	6,4	3,2%
Igaratá	5,7	6,4	12,3%
Jacareí	6,3	6,4	1,6%
Taubaté	5,8	6,4	10,3%
Guaratinguetá	5,8	6,3	8,6%
Paraibuna	5,9	6,3	6,8%
Tremembé	6,2	6,3	1,6%
Caçapava	6,2	6,2	0,0%
Cruzeiro	5,8	6,2	6,9%
Cunha	5,6	6,2	10,7%
Jambeiro	5,4	6,1	13,0%
São Sebastião	5,7	6,1	7,0%
Areias	5,4	6	11,1%
São Luiz do Paraitinga	6	6	0,0%
Cachoeira Paulista	5,1	5,9	15,7%
Canas	6,4	5,9	-7,8%
Potim	5,1	5,9	15,7%
Lavrinhas	5,5	5,8	5,5%
Ubatuba	5,6	5,8	3,6%
Lorena	5,5	5,7	3,6%
Silveiras	5,7	5,5	-3,5%
Bananal	5,6	5,4	-3,6%
Queluz	5,3	5,3	0,0%

São José do Barreiro	5,2	4,9	-5,8%
Arapeí	5,7	4,8	-15,8%

Tabela 2 - Desempenho dos municípios no IDEB

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2018)

No desempenho comparativo entre os resultados obtidas nas aplicações de 2015 e 2017, 6 municípios tiveram desempenho negativo, 5 obtiveram o mesmo resultado da edição de 2015 não apresentando melhora e 28 apresentaram notas melhores.

Ao analisar os dados acima onde os cinco melhores desempenhos foram dos municípios de Campos do Jordão, Pindamonhangaba, São José dos Campos, Monteiro Lobato e Aparecida onde obtiveram uma variação média positiva de 7,1% enquanto que as que obtiveram os piores desempenhos foram os municípios de Silveira, Bananal, Queluz, São José do Barreiro e Arapeí com variação negativa de cerca de 5,7% comparativamente do IDEB 2015 versus o IDEB 2017.

Para que os indicadores de desempenho IDEB 2015 e 2017 fossem comparados e analisados com o IDHM 2000 e 2010 divulgados pelo PNUD, com isso selecionou-se a amostra de 10 municípios da população de 39 municípios, sendo 5 municípios que obtiveram as melhores notas e 5 com as piores notas. Conforme dados apresentados na Tabela 3:

Município	IDEB 2015	IDEB 2017	IDEB 2015 x 2017 (%)	IDHM (PNUD /2000)	Faixas de desenvolvimento (PNUD/2000)	IDHM (PNUD 2010)	Faixas de desenvolvimento (PNUD/2010)	IDHM 2000 x 2010 (%)
São José dos Campos	6,6	6,9	4,55	0,739	Alto	0,807	Muito Alto	0,92
Pindamonhangaba	6,4	6,9	7,81	0,694	Médio	0,773	Alto	0,90
Campos do Jordão	6	6,9	15,00	0,653	Médio	0,749	Alto	0,87
Monteiro Lobato	6,8	6,8	0,00	0,613	Médio	0,710	Alto	0,86
Aparecida	6,2	6,7	8,06	0,689	Médio	0,755	Alto	0,91
Silveiras	5,7	5,5	-3,51	0,574	Baixo	0,678	Médio	0,85
Bananal	5,6	5,4	-3,57	0,632	Médio	0,733	Alto	0,86
Queluz	5,3	5,3	0,00	0,615	Médio	0,722	Alto	0,85
São José do Barreiro	5,2	4,9	-5,77	0,614	Médio	0,684	Médio	0,90
Arapeí	5,7	4,8	-15,79	0,594	Baixo	0,680	Médio	0,87

Tabela 3 - Desempenho IDEB versus IDHM

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2018) e PNUD (2000/2010)

Ao analisar os desempenhos dos 10 municípios é possível observar dados relativamente diferentes, onde há evidências de município com desempenho no IDEB 2017 de 15% acima do resultado obtido em 2015, esse seria o caso do município de Campos do Jordão mas também observa-se um desempenho de 15,8% menor no município de Arapeí.

Mas ao analisar as faixas de classificação do IDHM os 10 municípios tiveram melhoras significativas, onde 2 passaram de baixo para médio, 6 de médio para alto e 1 de alto para muito alto e apenas São José do Barreiro se manteve na faixa do Médio mesmo tendo uma melhora de 0,90% no índice.

Desempenho esse de IDHM em 2000 e 2010 e do IDEB 2015 e 2017 compilados e apresentados no Gráfico 1:

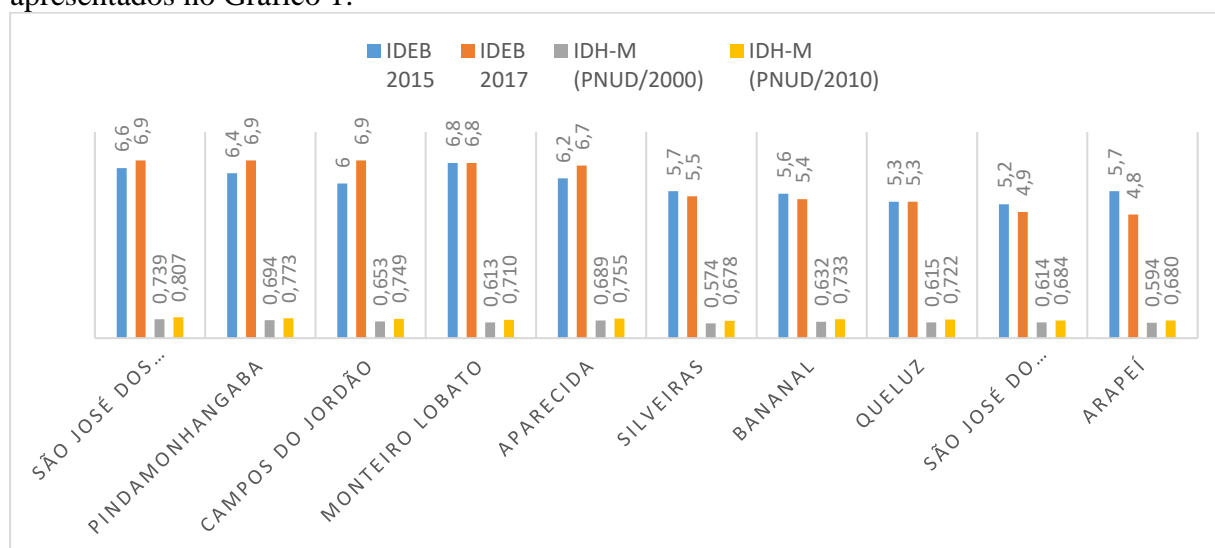


Gráfico 1 – Resultados comparativos do IDEB e do IDHM

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados pesquisados

5. Considerações finais

Avaliações diagnósticas de desempenho de alunos é uma excelente ferramenta de gestão para a União, Estados, municípios, educadores e pais e que reforça a citação do autor Ferrer (2003) que explica que esse sistema proverá informações essenciais como o que os alunos estão aprendendo ou mesmo o que eles deveriam ter aprendido mas que ao considerarmos o investimento financeiro por si só sem metas pedagógicas ou a participação efetiva da comunidade escolar (pais, alunos, professores, sociedade) os resultados não são efetivos e/ou eficazes.

Os resultados obtidos são de que ao compararmos os 39 municípios nas duas últimas edições do IDEB: 6 municípios tiveram desempenho negativo, 5 obtiveram o mesmo resultado da edição de 2015 e 28 apresentaram notas melhores. Mas que ao submeter-se análise da amostra de 5 municípios com o pior desempenho no IDEB 2017 na RMVPLN existem evidências que nesses mesmos municípios o IDHM avançou cerca de 4,33% nas coletas de 2000 a 2010.

E o estudo nos demonstrou a dificuldade que é analisar e comparar municípios tão diferentes em tamanho territorial (Cunha o maior com 1.407,32 km² e Potim o menor com 44,47 km²), número de habitantes (São José dos Campos a mais populosa com 713.943 e Arapeí a menor com 2.478), PIB (São José dos Campos com o maior R\$ 25.212,47/milhões e Arapeí com o menor R\$ 30,97/milhões), IDHM (Tremembé o mais alto 0,834 e Arapeí o mais baixo 0,68) reunidos nessa recém criada Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Referências

- BONAMINO, A.C. **Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**, 7^a ed. Porto Alegre: Bookman, 2003, 640p.
- CUNHA, L.A. **Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 101, p. 20-40, jul. 1997.
- DOURADO, L.F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, DF: INEP, 2007.
- EMPLASA. **Planejamento das regiões metropolitanas**. Disponível em: <www.emplasa.sp.gov.br> Acesso em: 15 Fev. 2019.
- FERRER, J. G. e ARREGUI, P. **Provas Internacionais de aprendizado aplicadas na América Latina e seu impacto na qualidade da educação: critérios para futuras aplicações**. Rio de Janeiro, Preal, 2003, n° 26.
- FNDE. **Destinação recursos da Educação** Disponível em: <www.fnde.gov.br/siope/dadosInformadosMunicipio.do?> Acesso em: 16 Jul. 2020.
- IBGE. **População no último censo: IBGE, Censo Demográfico 2010**. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 16 Jul. 2020.
- IDEB. **Índice de Desenvolvimento de Qualidade da Educação Básica**. Disponível em: <www.vedu.org.br/cidade> Acesso em: 16 Jul. 2020.
- INEP. **Resumo Técnico do Censo Escolar 2015-2017**. Disponível em: <www.inep.gov.br> Acesso em: 06 Mar. 2020.
- LDB. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 13 Fev. 2020.
- MEC. **Avaliações (SAEB, Prova Brasil, IDEB)**. Disponível em: <www.mec.gov.br> Acesso em: 07 Mar. 2020.
- PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- P. N. U. D. **Desenvolvimento humano e IDHM**. Disponível em: <www.pnud.org.br/idh/> Acesso em: 10 Jun. 2020.